



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

ISSN: 2177-6229

Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais

Lima, Dulcilei da Conceição; Pinezi, Ana Keila Mosca
As abordagens sobre interseccionalidade em três blogs feministas
Ciências Sociais Unisinos, vol. 55, núm. 1, 2019, Janeiro-Abril, pp. 54-64
Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências
Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

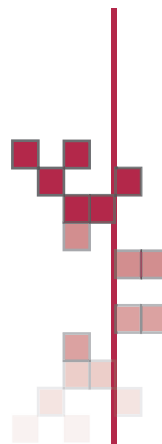
DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2019.55.1.06>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93863726006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UNISINOS
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



As abordagens sobre interseccionalidade em três blogs feministas

The approaches on intersectionality in three feminist blogs

Dulcilei da Conceição Lima¹
dulcilima78@gmail.com

Ana Keila Mosca Pinezi¹
keipinezi@gmail.com

Resumo

A partir da metodologia de pesquisa em blogs de política e do enquadramento da mídia, foram analisados seis textos cujos títulos traziam a palavra "interseccionalidade". O enquadramento consiste em selecionar e salientar determinados aspectos de realidade num texto midiático, de modo a possibilitar sua análise. Os textos foram selecionados a partir de tag's em três blogs feministas populares: Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras e Não Me Kahlo. Nos blogs em questão, buscamos compreender as concepções sobre interseccionalidade presentes nos textos de cada blog, identificar elementos similares e apresentar diferenças. As análises identificaram que embora os textos divirjam quanto à natureza e atribuição de autoria do conceito de interseccionalidade, possuem como elemento comum a crítica às práticas feministas excludentes. A interseccionalidade surge nesses textos como ferramenta política e uma via para aplainar as tensões internas nos distintos segmentos feministas de modo a construir um feminismo mais abrangente e inclusivo.

Palavras-chave: Interseccionalidade; feminismo; feminismo negro; enquadramento; blog.

Abstract

From the methodology of research in politics blogs and the media framework, six texts whose titles had the word "intersectionality" were analyzed. The framework consists of selecting and emphasizing certain aspects of reality in a mediatic text, in order to allow its analysis. The texts were selected from tag's in three feminist blogs: Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras and Não Me Kahlo. In the blogs in question, we seek to understand the conceptions about intersectionality present in the texts of each blog, to identify similar elements and to point out differences. The analyzes identified that although the texts diverge as to the nature and attribution of authorship of the concept of intersectionality, they have as a common element the critique of excluding feminist practices. Intersectionality arises in these texts as a political tool and a way to flatten the internal tensions in the different feminist segments in order to construct a more inclusive and inclusive feminism.

Keywords: Intersectionality; feminism; black feminism; framework; blog.

¹ Universidade Federal do ABC

Introdução

Na última década vimos uma extraordinária popularização dos feminismos por meio de ações nas redes sociais e consequente presença em grandes veículos de comunicação. Tal popularização foi particularmente marcada pela ampliação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas estratégicas e fundamentais para atuação dos feminismos contemporâneos (Garcia, 2015).

A Web 2.0 facilitou a criação e consolidação de redes entre coletivos e organizações feministas, permitiu o surgimento de novos grupos e colaborou com o desenvolvimento de novas estratégias e áreas de atuação (Ferreira, 2015; Natansohn, 2013). O *blog* foi inicialmente a principal ferramenta de discussão utilizada pelos feminismos na internet. Isso se deveu à facilidade de manuseio da ferramenta. Segundo Amaral, et al (2009, p. 28),

Foi [...] o surgimento das ferramentas de publicação que alavancou os weblogs. Em 1999, a Pitas lançou a primeira ferramenta de manutenção de sites via web, seguida, no mesmo ano, pela Pyra, que lançou o Blogger. Esses sistemas proporcionaram uma maior facilidade na publicação e manutenção dos sites, que não mais exigiam o conhecimento da linguagem HTML e, por isso, passaram a ser rapidamente adotados e apropriados para os mais diversos usos. Além disso, a posterior agregação da ferramenta de comentários aos blogs também foi fundamental para a popularização do sistema.

Os *blogs* surgem no fenômeno da Web 2.0, segunda geração de serviços *on-line* que ampliam as possibilidades de interação, e tem como "principais objetivos potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações" (Primo, 2008, p. 63). As práticas cooperativas e a interação mútua ocupam, portanto, o eixo central da Web 2.0.

As novas tecnologias e suas ferramentas de comunicação e interação fornecem aos feminismos a possibilidade de criação e ampliação de narrativas contestadoras do discurso dominante. Tais narrativas potencializam o surgimento de múltiplas e infinitas subjetividades (Lemos, 2009). Nesse cenário, assumem papéis centrais estratégias como "a produção de imagens, a guerrilha da comunicação, as inter-relações entre arte e política, [...] como possibilidades de reinventar as identidades por meio das novas tecnologias" (Garcia, 2015, p. 55).

No final de 2015 uma série de campanhas protagonizadas por feministas invadiram redes sociais online como o Facebook e o Twitter no que ficaria conhecido como *Primavera Feminista* (Tadini, 2016). Essas campanhas foram articuladas por meio de hashtags, ferramenta que possibilita a organização dos conteúdos, fácil adesão e disseminação ampla e rápida. Costa (2018), enxerga nas campanhas das redes sociais uma forma inédita de ação política, gerada de forma espontânea, sem necessariamente estar vinculada à coletivos ou movimentos políticos tradicionais.

O potencial mobilizador do uso tático das hashtags feministas mostrou sua força a partir de uma série de movimentos. Em

geral, poucas pessoas sabem quem são as lideranças ou as representantes. Nesse corpo textual formado por uma imbricação de vozes, alcança-se uma horizontalidade momentânea em que já não é central quem disse, mas o que e como disse (Costa, 2018, p.48).

As campanhas foram deflagradas após um episódio envolvendo um popular programa culinário de televisão que trazia competidores infantis. Era outubro de 2015 e surgiram no Twitter publicações de homens adultos contendo comentários sexuais sobre uma participante de apenas 12 anos. Os tuítes repletos de insinuações de estupro e pedofilia geraram grande indignação e inspiraram o coletivo feminista Think Olga a desenvolver a campanha #MeuPrimeiroAssédio. Por meio da hashtag, milhares de mulheres compartilharam denúncias de assédio e estupro vivenciados desde a primeira infância. Iniciada no Twitter, a campanha ganhou outras redes sociais como o Facebook e promoveu um largo debate sobre as situações de violência que resultam do machismo (Teixeira et al, 2017).

Em novembro de 2015, o coletivo feminista Não me Kahlo protagonizou uma nova campanha que ganhou rapidamente as redes sociais com mais de 170 mil menções no Twitter, a #MeuAmigoSecreto. O objetivo era chamar atenção para o machismo cotidiano de pessoas próximas, de modo a se contrapor à ideia de que os agressores são sempre desconhecidos. Após a primeira postagem, seguiram-se milhares no Facebook e no Twitter.

Steele (2016), ao analisar *blogs* escritos por mulheres negras, afirma que grupos excluídos do discurso público sempre buscaram meios alternativos para se envolver na sociedade democrática. Dessa forma, as novas mídias *on-line* se tornaram um importante espaço de atuação para tais grupos. Por tratar-se de uma produção que se opõe à ideologia dominante, ao focalizar as experiências e pontos de vista de indivíduos subalternizados, Steele afirma que mesmo os *blogs* que não se definem como de natureza política podem ser lidos a partir da perspectiva de uma atuação política, "[...] neste contexto, uma comunidade pode reunir-se e discutir e desafiar a opressão, tanto através da escrita como através da sua existência fora do controle da mídia popular" (Steele, 2016, p. 75). Steele considera que "o ativismo por parte das blogueiras é revolucionário porque cria novos espaços de oposição que transformam a vida cotidiana e o discurso" (Steele, 2016, p. 74).

Segundo Steele (2016) as mídias *on-line* fornecem um meio onde as mulheres negras podem contestar livremente o discurso dominante e, dessa forma, rejeitar "as rotulações negativas e as representações opressivas" (p. 79), oportunizando, por meio de narrativas em primeira pessoa e estratégias retóricas, que tanto autoras quanto leitores "criem e articulem significado para si mesmos, fora das restrições da grande mídia" (p. 80). Recorrendo a autoras como Audre Lorde e Alice Walker, Steele (2016) classifica a atuação das mulheres negras em ambiente *on-line* como "agente de inovação em novo contexto de mídia" por utilizarem a blogosfera e outras ferramentas *on-line* para discutir "sistemas e estruturas das quais são excluídas ou exploradas" (p. 90).

Daniels (2016, p.51) afirma que "o ativismo digital é o avanço mais importante do feminismo em 50 anos". Jónsson (2013) conjectura que o feminismo *on-line* pode ter inaugurado a 4ª onda do feminismo, pois, ao ganhar as redes digitais, ele se popularizou e se diversificou de forma inédita, abrangendo grupos e temáticas até então pouco tratadas pelo feminismo como a situação das mulheres transexuais.

A Primavera Feminista alavancou a popularidade de páginas feministas como a Não me Kahlo que durante a repercussão da hashtag #MeuAmigoSecreto alcançou 1 milhão de curtidas no Facebook como relatam no livro *#Meu Amigo Secreto: Feminismo além das redes* (Edições de Janeiro, 2016), publicado em decorrência da campanha. A popularidade dos feminismos nas redes sociais online trouxe para o cotidiano dos usuários dessas plataformas e das páginas feministas, um conjunto de expressões e conceitos pouco afeitos ao público não acadêmico, como lugar de fala, sororidade e interseccionalidade.

O propósito deste artigo é analisar o modo como um desses conceitos, o de interseccionalidade é apropriado e mobilizado nos seguintes blogs: Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras e Não me Kahlo.

O conceito de interseccionalidade

É comum situar o surgimento de interseccionalidade nos anos 1980 como fruto das reivindicações feitas por mulheres negras, lésbicas e do terceiro mundo em consonância com as novas leituras críticas sobre gênero que deram origem à incorporação das diferenças nos movimentos feministas (Piscitelli, 2008). De fato, os anos oitenta reinventaram o feminismo. Nesse período, "a teoria feminista não apenas desenvolveu uma vitalidade impressionante como também conseguiu dar a sua interpretação da realidade um status acadêmico" (Garcia, 2011, p. 93). Nessa década, o feminismo no singular deu lugar à diversidade de mulheres e, por consequência, originou o *feminismo da diferença*.

Os conceitos "categorias de articulação e/ou interseccionalidades" teriam surgido como resposta à rejeição da categoria *mulher* e à prevalência de um discurso hegemônico que privilegiava a imagem de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta como referência para o projeto feminista, e que, simultaneamente, invisibilizava mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres e não-ocidentais.

Existem diferentes abordagens sobre interseccionalidade, embora façam uso dos mesmos termos para "referir-se à articulação entre diferenciações", diferem quanto à compreensão e emprego de diferença, poder e "margens de agência concedidas ao sujeito" (Piscitelli, 2008, p. 267). Henning (2015), argumenta que embora o termo tenha sido cunhado pela feminista negra Kimberlé Crenshaw, em 1989, a preocupação em compreender as diferenciações sociais de forma entrelaçada é anterior a essa data. Usando como referência um artigo de Avtar Brah e Ann Phoenix (2004), Henning atribui ao feminismo abolicionista nos EUA o nascimento da noção de que desigualdades sociais são

também produzidas por meio da inter-relação das diferenças (exemplifica essa afirmação através do trecho da fala proferida por Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio, 1851).

A partir da forte, instigante e representativa fala de Sojourner Truth, Brah e Phoenix (2004) afirmam que não apenas várias das questões que versam sobre entrelaçamento de diferenças e desigualdades e que (re)emergiram a partir da década de 1970 já estavam presentes nessa fala de mais de um século, como também o próprio debate ocorrido durante as décadas de 1980 e 1990 acerca da crítica ao essencialismo contido na categoria "mulheres" (como, por exemplo, em Butler, 2003) já estaria, de certo modo, interessantemente ali contida (Henning, 2015, p.105).

Henning (2015) recorre a Collins (2000) para justificar o desconhecimento da longevidade da noção de inter-relação entre diferenciações sociais. Os silenciamentos históricos seriam responsáveis pelas descontinuidades "na tradição do pensamento das mulheres afro-americanas" (Collins, 2000, p. 03 *apud* Henning, 2015, p.105). Tais silenciamentos seriam frutos do racismo epistêmico. Ambos, sexismo e racismo epistêmicos, promovem o extermínio simbólico da alteridade e, por consequência, instituem "um único grupo no poder como a voz da autoridade e da verdade que, por estar baseado nos paradigmas da neutralidade e objetividade, exclui a visão dos outros" (Santos, 2016, p. 11). Contribuí, ainda, para esse silenciamento o fato de que nem sempre esse conhecimento está sistematizado numa escrita com rigor acadêmico e há resistência em se reconhecer como conhecimento a produção desenvolvida fora da universidade. Intelectuais fundamentais no desenvolvimento do pensamento interseccional, como Audre Lorde (2007), subverteram a rigidez da escrita acadêmica produzindo reflexões a partir de outros modelos epistêmicos.

Santos (2016) discute o quanto foi fundamental colocar em pauta o privilégio epistêmico de mulheres brancas. A partir desse momento, ficou evidente "a necessidade de reescrever o projeto político e teórico de emancipação das mulheres como sinônimo da luta empreendida pelos feminismos" (Santos, 2016, p. 16).

Os debates acerca da interseccionalidade, ao (re)emergirem nos anos de 1970, não estavam presentes apenas no discurso acadêmico. Coletivos feministas de mulheres negras e lésbicas foram peças-chave nas formulações acerca das articulações das diferenças, é o caso do Coletivo Feminista Combah-ee River. A exemplo de Santos (2016), Henning (2015) chama a atenção para o fato de que ainda é bem comum que a contribuição desses coletivos seja subestimada no campo feminista dos estudos interseccionais. Muitas teóricas feministas tendem a ignorar ou secundarizar a importância do manifesto e das atuações políticas dos feminismos negros e de outros coletivos como o de mulheres lésbicas "como um marco relevante para o pensamento que procura compreender o entrelaçamento de marcas de diferença na construção (ou não) de desigualdades" (Henning, 2015, p. 107).

Embora Feminismo Negro e interseccionalidade sejam indissociáveis (Akotirene, 2018), Patricia Hill Collins (2017) afirma que é um equívoco atribuir o surgimento do conceito às mulheres negras apenas, pois outros grupos de mulheres como as latinas, indígenas e asiáticas estavam igualmente envolvidas na reivindicação da "inter-relação de raça, classe, gênero e sexualidade em sua experiência cotidiana" (Collins, 2017, p. 8-9).

Ainda na década de 1980, há um trânsito entre movimentos sociais e a academia, propiciado pela inserção de ativistas dos movimentos sociais nas universidades, especialmente nos programas dedicados aos estudos da perspectiva crítica, de mulheres, negros, sexualidade, pós-coloniais e culturais. A interseccionalidade, como uma "forma de investigação crítica e de práxis [...] forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas" (Collins, 2017, p.7), favoreceu a conexão entre esses dois campos de produção de conhecimento, aquele cuja produção é desenvolvida por "indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento" (Collins, 2017, p.7) e os espaços de saber legitimado como as universidades e instituições similares.

No universo acadêmico, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Bel Hooks, Barbara Smith e Chirlane McCray são alguns dos nomes pioneiros na formulação crítica do entrecruzamento de diferenças sociais que resultaria na noção de interseccionalidade (Henning, 2015; Moutinho, 2014).

Kimberlé Crenshaw (1991) define interseccionalidade a partir da interação entre diferentes formas de opressão. A autora analisa as consequências materiais e simbólicas que atingem os grupos que estão na encruzilhada de diferentes marcadores e o modo como ações e políticas específicas operam conjuntamente na criação de vulnerabilidades. Junto com Patricia Hill Collins encabeça uma vertente interseccional conhecida como abordagem sistêmica/estrutural "localizada basicamente nos EUA e que daria mais atenção aos impactos do sistema ou estrutura sobre a formação das identidades" (Henning, 2015, p. 111). A principal crítica que se faz a essa vertente é a de que diferença e desigualdade se confundem quase como sinônimos (Crenshaw, 1991; Moutinho, 2014; Piscitelli, 2008).

Uma segunda linha de abordagem, em que se situam Mcklintock (2010) e Brah (2006), a construcionista, "encampada principalmente por acadêmicas do Reino Unido" (Henning, 2015, p. 112), compreende as categorias gênero, classe, raça não apenas como categorias limitantes, mas também como recursos passíveis de fomentar a ação. Nessa linha de pensamento, a *agência* assume outros contornos incluindo a possibilidade de "coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis, compromisso e revolta" (Piscitelli, 2008, p. 268). Nesse sentido, subjetividade e identidade social assumem lugar central como compreensão das dinâmicas de poder. Brah (2006) propõe trabalhar com *diferença* como categoria analítica em substituição a gênero. A diferença, entendida por Brah (2006), tanto pode remeter à desigualdade, opressão, exploração, quanto a igualitarismo, diversidade ou agência política (Henning, 2015; Brah, 2006; Moutinho, 2014; Piscitelli, 2008).

Tanto na abordagem sistêmica/estrutural quanto na construcionista há uma prevalência em trabalhar interseccionalidade a partir da tríade gênero, raça e classe, explicada possivelmente pela própria origem e longevidade da preocupação com a inter-relação entre diferenças sociais. Mas, outras diferenças podem ser analisadas do ponto de vista da interseccionalidade que pode estar a serviço das reflexões sobre privilégios ou ainda, a partir da proposição de Brah, como possibilidade de compreensão das diferentes formas de agência política.

A interseccionalidade como projeto de conhecimento expandiu-se na academia desde o início dos anos 2000 e abrange um vasto campo disciplinar das ciências humanas, "obtendo crescente aceitação no campo de ciências sociais tão diversas como a sociologia, a psicologia, a economia e a ciência política" (Collins, 2017, p. 12). Collins (2017) afirma que essa expansão é marcada pela prevalência da interseccionalidade como conhecimento emancipatório em detrimento da interseccionalidade como política emancipatória. A autora, ainda, considera prejudicial essa cisão por passar ao largo de uma das principais razões de ser da interseccionalidade em seu princípio, a preocupação com a justiça social.

Na última década, os feminismos em atuação na internet deram novo fôlego à interseccionalidade como política emancipatória, aspecto ainda pouco explorado entre teóricos que a discutem. Um dos poucos trabalhos a abordar esse aspecto é o livro de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2016), intitulado *Intersectionality*. Nele, Collins e Bilge destacam a notável presença do conceito de interseccionalidade nas esferas digitais, principalmente nas plataformas de mídia social onde é possível produzir conteúdo. As autoras afirmam que a internet mudou o perfil do feminismo, que conta hoje com forte presença de mulheres jovens, inclusive adolescentes. Há também a coletânea *The intersectional internet: Race, sex, class, and culture online* organizado por Safiya Umoja Noble e Brendesha M. Tynes que reúne um conjunto de textos cujos autores abordam temas como blogs de fofoca escrito por mulheres negras, as ações de hashtags como #BlackLiveMatter e outros.

Segundo Ragnar Jónsson (2013), as mídias digitais mudaram o feminismo em vários sentidos, incluindo seu alcance, apresentação e público leitor que pode acessar discussões que na era pré-internet estavam limitadas a grupos específicos. Nessa esteira, a ampliação da presença de feministas negras na internet ampliou os debates sobre interseccionalidade, especialmente em blogs escritos por mulheres negras (Collins e Bilge, 2016).

A observação de blogs escritos por mulheres negras mostra a vitalidade e relevância da interseccionalidade como uma forma de investigação crítica e de ferramenta emancipatória em projetos de justiça social. Entretanto, como apontam Collins e Bilge (2016), tem crescido as críticas à interseccionalidade por certos nichos feministas, especialmente o de mulheres brancas, que alegam tratar-se de um conceito não-democrático, que estaria pautado na garantia de privilégios a determinados grupos de mulheres dentro do movimento feminista. As feministas que fazem tais críticas sugerem que

se abandone a interseccionalidade como forma de se fazer avançar o movimento feminista como um todo. Pesquisadores que trabalham com a perspectiva interseccional, como Collins e Bilge, discordam da premissa de que o conceito não é democrático. Pelo contrário, acreditam que as análises interseccionais desempenham um papel essencial no desenho de políticas públicas e no impulso a transformações intelectuais mais consistentes (Reisz, 2016).

Metodologia de análise dos textos postados

A metodologia proposta neste artigo é a da pesquisa em blogs de política exposta em Rafael Araújo et al. (2009). Tal metodologia baseia-se em duas etapas, sendo a primeira a análise individual dos blogs que compreende o exame de suas estruturas, qual seja:

- Verificação das mensagens: periodicidade das postagens e atualizações; presença ou ausência de links e espaços para postagens de leitores; presença ou não de outros serviços.
- Interatividade: forma de interatividade; regras para participação.
- Biografia: presença ou ausência de informações acerca dos autores do blog.
- Links: presença ou ausência de links, no caso de existirem se direcionam para outros espaços dentro do próprio blog ou para espaços externos.
- Outros serviços: se oferecem e o que é oferecido. Ex.: entrevistas, imagens, arquivos para consulta/download, informações úteis.

A segunda etapa dessa metodologia refere-se à análise do conteúdo dos textos postados a partir das categorias de enquadramento da mídia. Por enquadramento, compreendemos, aqui, a seleção e saliência de certos aspectos de uma dada realidade no interior de um texto midiático “de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito” (Entman, 1994, p.294 *apud* Porto, 2004, p. 82).

A análise do conteúdo dos textos postados se dá a partir do uso de categorias que visam o “agrupamento de dados e a indicação de tendências” (Araújo; Penteadó; Santos, 2009, p.167).

Com base na metodologia adotada, as categorias de exame dos conteúdos dos textos postados são as seguintes:

- Informativa (direta e indireta): a intenção do emissor é informar um fato sem a proposição de reflexões. As narrações do fato a partir de informações próprias são consideradas diretas e as fornecidas por terceiros são consideradas indiretas.
- Opinativa: expressa a opinião do emissor acerca do fato narrado.
- Avaliativa crítica: utiliza argumentos a partir do levantamento de hipóteses, avaliação de argumentos, recuperação de

informações etc. Diferencia-se da opinativa por fornecer dados que possibilitem novas reflexões.

d) Posicionamento político: possui elementos ideológicos e partidários.

e) Avaliativa moral: além da opinião do emissor, apresenta julgamento moral, opinião dogmática e moralista.

Cabe ainda explicitar como foi feita a seleção do material analisado neste artigo. Foram utilizados os seguintes parâmetros:

- seleção dos blogs: foram escolhidos os três blogs coletivos com maior número de curtidas e seguidores no Facebook.
- seleção dos textos postados nos blogs escolhidos: utilizando a ferramenta de busca dos próprios blogs, foram selecionados e coletados todos os textos que traziam a palavra “interseccionalidade” no título, um total de 13 textos (reduzidos a 6 para análise comparativa nesse artigo).

A partir da metodologia exposta passamos ao exame da estrutura de cada um dos blogs.

Blogueiras Feministas

Dentre os blogs consultados para esse artigo o Blogueiras Feministas (BF) é o mais antigo. Ele surgiu durante as eleições de 2010 quando um grupo de feministas articulou, por e-mail, discussões sobre questões políticas pertinentes às mulheres no contexto daquelas eleições. Trata-se de um blog independente. Possui atualmente duas coordenadoras e oito editoras. Intitula-se como um blog político que agrega mulheres de todas as partes do país. O blog recebe textos inéditos para publicação por intermédio de e-mail. Mais de 70 pessoas já publicaram seus textos no BF.

Blogueiras Negras

Em atuação desde 2013, o Blogueiras Negras (BN) é um blog feminista criado, administrado e escrito por mulheres negras. A ideia surgiu em 2012 como consequência de uma ação intitulada *Blogagem Coletiva da Mulher Negra* realizada em função da proximidade entre o Dia da Consciência Negra e o Dia internacional de combate à violência contra a mulher.

O blog possui duas coordenadoras que selecionam e publicam os textos, divulgam, administram as redes sociais do BN e organizam outras ações do grupo. Aproximadamente duzentas mulheres negras já publicaram seus textos no blog que conta com colaborações pontuais e com escritoras regulares. São publicados textos inéditos que abordam temas como feminismo, racismo, desigualdade social, invisibilidade, sexualidade, relações afetivas.

Não me Kahlo

Num processo diferente dos dois blogs anteriores, o Não me Kahlo (NK) nasceu como uma página no Facebook em julho

de 2014 e apenas em março de 2015 o blog foi criado. Atualmente, quatro mulheres coordenam as ações do coletivo que foi o responsável pela campanha #MeuAmigoSecreto que tomou as redes sociais no final de 2015. O blog e suas redes sociais são utilizados no intuito de aprofundar estudos e compartilhar ideias sobre feminismo e promover ações e campanhas que tenham a luta por direitos das mulheres como objetivo.

Enquadramento dos textos analisados

Nas pesquisas realizadas com a palavra "interseccionalidade" nos sistemas de busca dos blogs foram encontrados ao todo 13 textos, sendo 7 (sete) no Blogueiras Feministas, 4 (quatro) no Blogueiras Negras e 2 (dois) no Não me Kahlo, publicados até dezembro de 2017. Pelo interesse numa análise comparativa e dada a impossibilidade de maior abrangência nesse artigo, optamos por trabalhar com apenas dois textos de cada blog. No Blogueiras Feministas e Blogueiras Negras privilegiamos os textos de autoras nacionais, textos de diferentes autorias e cujas abordagens focalizavam aspectos distintos do debate sobre interseccionalidade. Quanto ao blog Não me Kahlo, foram utilizados os dois únicos textos encontrados, ambos traduções de textos publicados em língua inglesa.

Cem por cento (100%) dos textos são classificados nas categorias Posicionamento Político, Opinativo e Avaliativo Crítico. Metade, um de cada blog, foi enquadrado como Propositivo. Nenhuma outra categoria foi localizada nos textos avaliados. Na observação gerada pelo resultado do enquadramento vemos a tendência crítica dos blogs que buscam, por meio dos argumentos e referências teóricas, o reforço aos seus posicionamentos ideológicos. Metade dos textos, além de apontar fissuras internas aos feminismos, ainda propõem caminhos possíveis para os problemas detectados.

Interseccionalidade e práticas feministas: Análise dos textos do Blogueiras Feministas (BF)

Ambos os textos selecionados no BF explicam o conceito de interseccionalidade e o atribuem às feministas negras norte-americanas, sendo Kimberlé Crenshaw identificadas como a responsável pela concepção do termo. Entretanto, o texto *Feminismo interseccional, esse marginal* possui uma nota introdutória que esclarece que, devido às críticas recebidas pela ausência de atribuição da concepção de interseccionalidade às feministas negras, a autora fez uma modificação no texto, inserindo um parágrafo extra, facilmente identificado por estar entre colchetes, em que apresenta uma breve explicação sobre o surgimento do termo.

Não é possível saber quem são os autores da crítica, uma vez que o blog não possui espaço para comentários e a nota

introdutória não apresenta essa informação. No entanto, essa ausência da referência às feministas negras no texto original nos remete aos argumentos de Henning (2015) e Santos (2016) quanto ao epistemicídio e à invisibilidade que persistem entre os grupos sociais marginalizados como o das mulheres negras. Num texto que pretende atrair a atenção para as desigualdades persistentes no movimento feminista, como o trecho "Se feminismo é sobre igualdade, não podemos falar sobre igualdade sem falar nos grupos historicamente oprimidos" esclarece, ignorar o protagonismo de mulheres negras na formulação do conceito em foco é um equívoco que pode ser explicado pelo tradicional silenciamento de grupos subalternos (Spivak, 2010).

Certamente não é necessário que cada texto que aborde interseccionalidade tenha que apresentar a origem do conceito e o protagonismo das feministas negras nesse debate, mas, por se tratar de um conceito caro entre mulheres negras feministas que atuam na internet, o acesso dessas últimas aos textos sobre interseccionalidade escrito por feministas brancas gera um nível de crítica que revela a tensão racial existente entre feministas brancas e negras e que se justifica, entre outras razões, pela insuficiência ou recusa por parte do feminismo *mainstream* em se interrogar sobre a manutenção do racismo em seu interior (Rodrigues, 2018). Nesse ponto é importante ressaltar que, conforme aponta Collins (2017), é igualmente equivocado atribuir o desenvolvimento do conceito apenas às mulheres negras ignorando a colaboração das chicanas e outras feministas latinas residentes nos EUA nas décadas de 1970 e 1980.

Logo após a nota introdutória, o texto *Feminismo interseccional, esse marginal* traz o seguinte aviso: "este texto foi escrito do ponto de vista de uma mulher branca, heterossexual, cissexual e de classe média". A autora, portanto, apresenta a seus leitores os marcadores sociais que recaem sobre ela e que se combinam situando-a numa posição de privilégio. Como vimos, a interseccionalidade também nos permite desenvolver análises sobre grupos sociais em posições de poder. Ao se apresentar dessa forma, a autora recusa uma pseudo-universalidade discursiva e justifica antecipadamente possíveis lacunas de seu texto a partir de seu "lugar de fala".

Frequentemente encontrado nos debates das redes sociais, "lugar de fala" é um conceito que vem sendo utilizado, especialmente por grupos subalternizados, "como ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva" (Ribeiro, 2017, p. 58). As mulheres são frequentemente desautorizadas em suas colocações, e de acordo com Spivak esse silenciamento é ainda mais nefasto se "você é pobre, negra e mulher" (Spivak, 2010, p.85). Não se trata de conferir legitimidade apenas aos grupos subalternizados para falar sobre si próprios (como a ideia de que apenas negros podem falar sobre racismo), mesmo porque pertencer a um grupo social em situação de opressão não significa automaticamente que o indivíduo tenha consciência dos prejuízos estruturais que recaem sobre si. Porém, o que está em debate no conceito de "lugar de fala" é a "legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder" (Ribeiro, 2017, p.68) e o consequente silencia-

mento dos grupos destituídos de poder – neste caso, mulheres brancas e negras respectivamente – mesmo quando o assunto em pauta se refere às suas próprias vivências.

Enquanto um dos textos data o surgimento da interseccionalidade no ano de 1989, o outro é mais preciso ao identificar não só a data, mas também o título do artigo de Crenshaw, *Mapping the margins: interseccionalidade, identity politics and violence against women of color*, publicado em 1991, em que o conceito teria sido utilizado pela primeira vez. Em ambos os textos a leitura que se faz de interseccionalidade é a do cruzamento de categorias de opressão que daria origem a condições singulares de vulnerabilidade aos indivíduos que se enquadram em tais singularidades como vemos nos excertos abaixo:

[...] a opressão racial se soma, se inter-relaciona, com a opressão de gênero; não é possível tratar as duas coisas isoladamente – daí o termo “feminismo interseccional”. Com o tempo, isso passou a englobar outros eixos de opressão – como o de classe social, o relacionado à transgeneridade, entre outros (Blogueiras Feministas, 2013).

A interseccionalidade seria como uma lente, um dispositivo metodológico para ler uma diversidade de opressões incidindo sobre cada pessoa – e cada mulher – de formas diferentes, gerando não um somatório de opressões, mas sim, novas formas de opressão qualitativamente distintas. Uma mulher negra, por exemplo, sofre racismo e machismo não apenas como sistemas opressores que se somam, mas como sistemas que se relacionam e se modificam gerando outro tipo de opressão (Blogueiras Feministas, 2016).

As perspectivas de interseccionalidade diferem entre um texto e outro. O primeiro texto apresenta uma abordagem sistêmica/estrutural ao salientar as condições de precariedade de pessoas que vivem no ponto de intersecção das mais distintas categorias de opressão sem muita margem para agência. O segundo propõe uma reflexão sobre interseccionalidade que supere seu uso apenas como “aporte metodológico”, e que ela seja assumida também como identidade política. A autora sugere que se adote a interseccionalidade nas práticas feministas ao lançar a pergunta: “Como ser interseccional em nossas práticas feministas?” Desse modo, embora faça referência à Crenshaw, a autora se alinha à abordagem construcionista de interseccionalidade.

As diferenças inerentes ao feminismo seriam, portanto, utilizadas para fortalecê-lo, de modo a justificar essa proposição recorre à teórica indiana e pós-colonial, Chandra Mohanty (2003), exposta no artigo *Under western eyes Revisited: Feminist solidarity through anticapitalista struggles*, no qual a autora defende a construção de coalizações e solidariedades a partir das diferenças comuns.

Feminismo inclusivo: Análise dos textos do Blogueiras Negras

Nenhum dos textos selecionados no BN discute o histórico do conceito de interseccionalidade. Apenas um dos textos

menção as razões que levaram ao surgimento do termo, mas sem atribuir sua autoria a uma pessoa específica. No entanto, apresenta a(o) leitor(a) outras referências que dialogam na perspectiva da interseccionalidade como a das autoras Audre Lorde, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro.

Um dos textos utiliza como referência as ideias de Simone de Beauvoir para iniciar uma reflexão sobre a inserção das pautas transfeministas no feminismo interseccional. Ainda que Beauvoir não tenha abordado tal questão em específico, a blogueira se sentiu à vontade para fazer uma interpretação livre da famosa frase “Não se nasce mulher, torna-se” em defesa das mulheres trans e do direito não apenas de viverem conforme o gênero com o qual se identificam, mas também pelo direito de terem suas pautas tratadas dentro do movimento feminista, em particular aquele que se diz interseccional. A autora recorre a uma proposta de aliança feminista, numa “dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo” (Garcia; Sousa, 2015, p. 991), por intermédio do conceito de sororidade para conscientizar seus(as) interlocutores(as) sobre esse aspecto.

Ambos os textos convocam os(as) leitores(as) a refletir sobre as contradições entre discursos interseccionais e práticas que nem sempre estão de acordo com seus postulados.

Em *Por um feminismo interseccional e inclusivo*, a autora enfatiza a urgência em enfrentar todo tipo de opressão, não apenas as de gênero, classe e raça, mas também as relativas a sexualidade, padrões estéticos e modos de vida. Tal abordagem está em consonância com as afirmações de Bilge e Collins (2016) sobre a ampliação dos debates sobre interseccionalidade por ciberativistas negras.

Digno de nota nesse texto é a afirmação de que feminismo interseccional seria um outro termo para feminismo negro. A afirmação está marcada por um asterisco (*) e a nota final que equivale à marcação esclarece sobre as discordâncias quanto a tal equivalência. Conforme Collins (2017), embora o feminismo negro seja profundamente marcado pela interseccionalidade, é equivocado deduzir que são apenas termos diferentes para o mesmo movimento. Grupos feministas com os mais distintos recortes identitários frequentemente também assumem a interseccionalidade como ferramenta política e de análise metodológica.

Chama a atenção, ainda, no texto *Por um feminismo interseccional e inclusivo* a presença das duas abordagens interseccionais apresentadas nesse artigo, a sistêmica/estrutural e a construcionista. A autora define interseccionalidade como uma somatória de opressões que relega à mulher negra a condição de subalternidade, porém no final do texto recupera as ideias de Lorde na afirmação de que as diferenças devem ser somadas a fim de fortalecerem as lutas feministas. A autora assume, portanto, a possibilidade de que os diferentes marcadores sociais podem também propiciar a agência política, tal qual a afirmação de Brah (2005) e McClintock (2010).

O texto *Sobre transexualidade, feminismo interseccional e sororidade* não discorre sobre o significado de conceito de interseccionalidade. Por sinal, o único lugar onde o termo aparece é no título; ao longo do texto não há nenhuma menção

direta ao termo. Entretanto, a discussão promovida pela autora dialoga com a interseccionalidade na medida em que opera com as diferentes categorias de marcação social tanto para se referir às opressões quanto para tratar dos privilégios. Isso fornece-nos elementos, a exemplo da frase "Quanto mais itens opostos a essa lista você coleciona em sua identidade, menos espaço o mundo tem para você", para afirmar que o texto se enquadra numa abordagem sistêmica/estrutural.

Por fim, a autora convoca as feministas a incorporarem em suas pautas, além das questões trans, o movimento negro, LGBT e outras demandas como o combate à gordofobia. No entanto, alerta para o "cuidado em não protagonizar" as lutas de segmentos minoritários aos quais não se pertence, o que nos remete ao conceito de "lugar de fala" anteriormente tratado, ainda que o texto não faça uma referência direta a tal princípio.

Caminhos da interseccionalidade: Análise dos textos do Não me Kahlo

A proposta desse blog é aprofundar estudos e compartilhar ideias sobre o feminismo. Nesse sentido, um dos serviços que ele oferece é a tradução de textos feministas ainda não publicados no Brasil. É o caso de ambos os textos aqui destacados.

Os dois textos analisados são bastante distintos entre si. Enquanto o texto *Mulheres brancas ainda não sabem tratar do feminismo interseccional* opõe feministas brancas à interseccionalidade, o texto *Insurreições nas interseções: feminismo, interseccionalidade e anarquismo* faz duras críticas ao que as autoras denominam como interpretações liberais da interseccionalidade.

O primeiro texto pauta sua crítica na divulgação de uma imagem do elenco do filme *As Sufragistas* (2015), que usam uma camiseta estampada com a frase de Emmeline Pankhurst²: "Prefiro ser uma rebelde a uma escrava".

A autora discorre sobre o movimento sufragista alegando que se tratava de um movimento não apenas organizado por mulheres brancas privilegiadas, mas que tinha como objetivo final conquistar direitos apenas para esse grupo, ignorando a realidade de mulheres provenientes de outras classes sociais, inclusive as negras que tinham a memória da escravidão muito fresca. Interpreta a frase estampada na camiseta como um desrespeito àquelas mulheres que vivenciaram a escravidão e que não tinham possibilidade de se verem livres daquela condição apenas adotando uma postura de rebeldia.

A blogueira não aborda os sentidos do termo interseccionalidade ou sua historicidade. As menções ao conceito aparecem apenas em dois momentos, no título do artigo e ao final, onde a autora afirma acreditar que "algumas mulheres brancas estão demasiado receosas de serem inclusivas ou interseccionais".

A interseccionalidade surge, portanto, como um caminho que aproximaria as mulheres em suas diferenças a partir da inserção das pautas de mulheres negras, pobres, latinas e outras no feminismo *mainstream*.

O segundo texto analisado apresenta o conceito de interseccionalidade como uma criação do coletivo Combahee River, uma organização de feministas negras, lésbicas e socialistas norte-americanas que, em abril de 1977, publicou um manifesto no qual declararam estar "comprometidas ativamente na luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual, e de classe"³. Como vimos em Santos (2016) e Henning (2015), os coletivos feministas de finais dos anos 1970 nos EUA desempenharam papel fundamental nas reflexões acerca das articulações das diferenças. Collins é mencionada como uma autora que teria ampliado os sentidos de interseccionalidade a fim de abranger outras categorias de opressão.

O texto apresenta interseccionalidade como a interação e sobreposição de desigualdades. Embora admita que o termo é útil para pensar as contradições sociais, as autoras criticam o uso de interseccionalidade como um elemento nivelador de "hierarquias estruturais e opressões". As blogueiras defendem a luta de classes como pauta prioritária em relação às demais e criticam o princípio de tolerância à diversidade, que na concepção das autoras eclipsa o problema real, ou seja, a opressão capitalista.

Bauman (2013) faz crítica semelhante no livro *A cultura no mundo líquido moderno*. O autor nos apresenta a crítica feita por Richard Rorty à "esquerda cultural" americana. Segundo ele, apesar de todos os seus méritos em combater a animosidade em relação à ruptura dos modelos culturais, essa esquerda é culpada por deletar da lista das preocupações públicas a pobreza material, considerada por Bauman a fonte mais profunda de todas as formas de desigualdade e injustiça. Segundo o sociólogo, fragmentar o espaço público, sobrecarregando-o de conflitos é a própria infraestrutura política exigida pela nova hierarquia de poder global para a prática da estratégia do não engajamento. Para que não haja coisa alguma com que se preocupar, os gerentes da ordem global precisam de abundância de inquietação. Bauman aponta o "debate sobre os costumes sexuais" como um outro fator – juntamente com as "hostilidades étnicas e religiosas" – responsável pelo fato de os "super-ricos" terem pouco a temer (Bauman, 2013).

Nancy Fraser (2006), por outro lado, articula as lutas por reconhecimento e redistribuição como imprescindíveis para que haja justiça para determinados grupos que ela intitula *coletividades bivalentes*. Na concepção da autora, gênero e raça, por exemplo, "implicam tanto redistribuição quanto o reconhecimento. [...] podem sofrer má distribuição socioeconômica e da desconsideração cultural de forma que nenhuma dessas injustiças seja um efeito indireto da outra, mas ambas primárias e

² Emmeline Pankhurst (1858–1928) foi uma ativista britânica pelos direitos das mulheres e uma das lideranças do movimento sufragista inglês. Ver em: <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/pankhurst_emmeline.shtml>.

³ Ver em: <<http://rodrigossilvado.blogspot.com.br/2013/11/declaracao-do-coletivo-combahee-river.html>>.

co-originais (FRASER, 2006, p. 233)". A redistribuição, segundo Fraser (2006), seria a solução para os problemas gerados pela injustiça econômica e compreende, além da reestruturação político-econômica, outras soluções como "redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas" (Fraser, 2006, p. 232).

No entanto, a redistribuição não seria suficiente para corrigir distorções sociais que afetam determinados grupos, e que Fraser chama de injustiças culturais e simbólicas. Tais injustiças estariam assentadas em "padrões sociais de representação, interpretação e comunicação" (Fraser, 2006, p. 232). São exemplos desse tipo de injustiça, a dominação cultural, o ocultamento (invisibilidade gerada por "práticas comunicativas, interpretativas e representacionais") e o desrespeito (difamação ou desqualificação rotineira "nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana") (Fraser, 2006, p. 232). Fraser reconhece, entretanto, que redistribuição e reconhecimento não são facilmente conciliáveis, pois o caráter bivalente de coletividades como a de mulheres ou de negros constitui um verdadeiro dilema, porque enquanto a lógica da redistribuição é acabar com a diferença, a lógica do reconhecimento é valorizar essa mesma diferença (Fraser, 2006).

A filósofa apresenta duas possibilidades de ação em redistribuição e reconhecimento: a "afirmação" e a "transformação". Em linhas gerais, as soluções afirmativas seriam aquelas que, embora reconheçam as injustiças sofridas pelos grupos desprivilegiados, apresentam soluções paliativas que não corrigem de forma definitiva as distorções. Dessa forma, tais soluções colaboram para a preservação da estrutura injusta. De modo a ilustrar tais diferenças, Fraser utiliza como exemplo a questão da sexualidade no que tange ao reconhecimento afirmativo e transformativo. Nesse sentido, as políticas de identidade gay/lésbica seriam afirmativas, enquanto "a política queer, que se propõe a desconstruir a dicotomia homo-hétero" diluindo identidades sexuais fixas seria transformativa (Fraser, 2006, p. 237). Desse modo, na concepção de Fraser, reconhecimento deve pressupor necessariamente redistribuição tanto de recursos materiais, os quais ela trata como condição objetiva de paridade participativa, quanto de estima social, que ela denomina como condição intersubjetiva de paridade participativa. Essas seriam condições essenciais que possibilitariam a reparação de injustiças econômicas e culturais, possibilitando a todos a participação integral na vida social (Fraser, 2007).

As blogueiras chamam de interpretação liberal da interseccionalidade o tratamento dado à classe como uma categoria identitária nos mesmos moldes de raça, gênero e sexualidade. Essa mesma concepção é aplicada ao uso da interseccionalidade como ferramenta de análise das identidades forjadas na intersecção de diferentes categorias de opressão. Acusam os teóricos que trabalham com o conceito de negligenciarem as discussões sobre como "hierarquias e desigualdades são costuradas em nosso tecido social". Propõem como alternativa o termo *interseccionalidade anarquista* como crítica ao conceito tradicional

de interseccionalidade e aos "processos institucionais que criam, reproduzem e mantêm relações sociais de dominação" (Não me Kahlo, 2016).

O texto retorna aos mesmos argumentos repetidas vezes, mas não deixa claro o que propõe como análise interseccional anarquista. O que fica evidente é que as autoras ignoram que interseccionalidade não se restringe a um projeto de conhecimento ou ferramenta de análise, mas também foi forjada como práxis, ferramenta política que permite avaliar e agir sobre condições sociais de grupos vulneráveis, hierarquias sociais, posições de poder de grupos privilegiados, construção de políticas públicas tal como observado por Collins e Bilge (2017) ou pela ótica de Fraser (2007) ser peça-chave nos processos de redistribuição e reconhecimento.

Considerações finais

Os textos analisados revelam as perspectivas críticas dos blogs selecionados quanto às práticas feministas a partir do conceito de interseccionalidade. Os textos avaliados sinalizam a tendência para um uso do termo menos como aporte teórico-metodológico e mais como uma ferramenta política, cujos propósitos seriam estabelecer parâmetros de ação dos feminismos, como garantir que sejam mais inclusivos.

Embora os textos apresentem divergências quanto à compreensão do conceito de interseccionalidade em termos de surgimento, atribuição de autoria e abordagens, possuem em comum as críticas ao modo como determinados segmentos feministas operam ignorando demandas de segmentos sociais mais vulneráveis como o de mulheres negras, trans e pobres, silenciando experiências, contribuições e, conseqüentemente, reproduzindo hierarquias e desigualdades presentes na sociedade e as quais, frequentemente, opõem-se ideologicamente.

Sobre as divergências na abordagem do conceito de interseccionalidade, recorro à Venturini (2010) que na discussão sobre as controvérsias, sustenta que elas são "lutas para conservar ou reverter as desigualdades sociais", de modo que operam em disputas de poder. Nas controvérsias "a ordem social e a hierarquia social estão em jogo" (Venturini, 2010, p. 262). Como fenômenos da vida coletiva, as controvérsias revelam o dinamismo social e se definem como espaços de conflito e negociação em torno de questões onde não há consenso ou o que se tinha como consenso passa a ser questionado. Nos textos analisados nesse artigo, a controvérsia em torno do conceito de interseccionalidade, corresponde à disputa de narrativas entre distintos segmentos feministas, como entre feministas brancas e negras. O mesmo fenômeno pode ser observado ainda sob a perspectiva do conceito de "lugar de fala".

A despeito das divergências, a interseccionalidade como prática política, mesmo no texto que propõe uma perspectiva interseccional anarquista, é defendida como uma via para aplainar as tensões internas no movimento feminista e construir um feminismo mais abrangente. Nesse sentido, conceitos

como lugar de fala e sororidade adicionados à interseccionalidade compõem um conjunto de ideais e práticas feministas emancipatórias e inclusivas.

Referências bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel e MONTARDO, Sandra (orgs.). *Blogs.com: Estudos sobre blogs e comunicação*. São Paulo: Momento editorial, 2009.
- ARAÚJO, Rafael de P. Aguiar; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. Metodologia de pesquisa de blogs de política: *Análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento "cansei"*. Rev. Sociologia e Política, Curitiba, v. 17, n.34, p. 159-181, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000300012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 02 jan. 2018.
- <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782009000300012>
- BAUMANT, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu, n.26, jan-jun 2006, pp.329-376.
- <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83322006000100014>
- COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*, Patricia Hill Collins. Parágrafo, n° 1, jan-jun, 2017. Disponível em: <revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/download/559/506>. Acesso em 10 nov. 2017.
- _____.; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. E-book. Toronto: Wiley, 2016.
- COSTA, Cristiane. Rede. In *Explosão Feminista: Arte, Cultura e Universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CRENSHAW, Kimberle. *Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford Law Review, n.43, 1991: 1241-1299.
- <https://doi.org/10.2307/1229039>
- FERREIRA, Carolina Branco C. *Feminismos Web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo*. Cadernos Pagu, n. 44, p. 199-228, jan/jun 2015.
- <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>
- FRASER, Nancy. *Reconhecimento sem ética?* Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.
- _____. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista*. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
- <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>
- DANIELS, Jessie. The trouble with White Feminism: Whiteness, Digital Feminism, and the intersectional Internet. In NOBLE, Safiya Umoja; TYNES, Brendesha M. *The intersectional internet: Race, class, and culture online*. New York: Peter Lang Publishing, 2016.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. Ed. Claridade, São Paulo: 2011.
- GARCIA, Dantielli A.; SOUSA, Lucília Maria A. *A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância*. Estudos Linguísticos, São Paulo, 44 (3): p. 991-1008, set.-dez. 2015. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1032>. Acesso em 29 jan. 2018.
- HENNING, Carlos. *Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença*. Revista Mediações, Londrina, v. 20 nº 2, p. 97-128, jul/dez 2015. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>>. Acesso em 05 fev. 2017.
- <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97>
- JONSSON, Ragnar. *Is the 4th Wave of Feminism Digital?* Bluestockings Magazine, 19 ago 2013. Disponível em: <<http://bluestockingsmag.com/2013/08/19/is-the-4th-wave-of-feminism-digital/>>. Acesso em 30 nov. 2017.
- LORDE, Audre. *Sister Outsider*. Califórnia: Ten Speed Press, 2007
- MCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp, 2010.
- MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Cadernos Pagu, n.42, jan-jun. 2014, pp. 201-248.
- <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8332201400420201>
- NATANSON, Graciela (org.). *Quê tem a ver as tecnologias digitais com o gênero?* In: *Internet em código feminino: teorias e práticas*. Buenos Aires: La Crujía ediciones, 2013.
- NÃO ME KAHLO. *#Meu Amigo Secreto: Feminismo além das redes*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.
- PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Revista Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul-dez. 2008, pp. 263 a 274.
- <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- PORTO, Mauro. *Agendamento da política*. In: RUBIM, Antonio A. Canelas (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.
- PRIMO, Alex. *Fases do desenvolvimento tecnológico e suas implicações nas formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade*. In: *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.
- REISZ, Matthew. *Intersectionality: 'the most exciting theory in the world'*. The world university rankings, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/news/intersectionality-most-exciting-theory-world>>. Acesso em 10 out. 2017.
- RIBEIRO, Djamil. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RODRIGUES, Carla. *A atualidade do Feminismo Negro e interseccional de Lélia Gonzalez*. Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero [recurso eletrônico]: 13th. Women's Worlds Congress. Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em < http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares#php2go_top>. Acesso em 26 já. 2018.
- SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. *Os estudos feministas e o racismo epistêmico*. In: *Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos*. Revista Gênero, Niterói, v.16, nº2, p. 7-32, 1º sem. 2016. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/812>>. Acesso em 05 fev. 2017.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- STEELE, Catherine K. Signifying, Bitching and Blogging: Black Women and Resistance Discourse Online. In NOBLE, Safiya Umoja; TYNES, Brendesha M. *The intersectional internet: Race, class, and culture online*. New York: Peter Lang Publishing, 2016.
- TADINI, Giulia. *A Primavera Feminista e as eleições municipais de 2016*. *Portal La Izquierda*, 14 out. 2016. Disponível em: <https://portaldelaizquierda.com/en/2016/10/a-primavera-feminista-e-as-eleicoes-municipais-de-2016/>. Acesso em: 15.jun.2018.
- TEIXEIRA, Ana Claudia; ZANINI, Débora; MENESES, Larissa. *O fazer político nas mídias sociais: aproximações teóricas sobre ação coletiva em rede*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41. *Anais...* Caxambu, 2017. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encon>>

tro-2/gt-30/gt02-25/11055-o-fazer-politico-nas-midias-sociais-aproxima coes-teoricas-sobre-acao-coletiva-em-rede-1/file>. Acesso em: 15 jun.2018.

VENTURINI, Tommaso. *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory*. Public Understand. Sci. 19(3) (2010) 258–273. Disponível em: <<http://spk.michael-flower.com/resources/DivingInMagma.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2019.

<https://doi.org/10.1177/0963662509102694>

Postagens analisadas

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Interseccionalidade na prática: descobertas e táticas. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2016/12/interseccionalidade-na-pratica-descobertas-e-taticas/>>. Acesso em 22 dez. 2017.

_____. O feminismo interseccional, esse marginal. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/o-feminismo-interseccional-esse-marginal/>>. Acesso em 22 dez. 2017.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Transexualidade, feminismo interseccional e sororidade. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/06/06/transexualidade-feminismo-interseccional-e-sororidade/>>. Acesso em 22 dez. 2017.

_____. Por um feminismo interseccional e inclusivo. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2017/10/25/por-um-feminismo-interseccional-e-inclusivo/>>. Acesso em 22 dez. 2017.

NÃO ME KAHLO. Insurreições nas intersecções: feminismo, interseccionalidade e anarquismo. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2016/1/11/Insurrei%C3%A7%C3%B5es-nas-intersecc%C3%A7%C3%B5es-feminismo-interseccionalidade-e-anarquismo>>. Acesso em 22 dez. 2017.

_____. Mulheres brancas ainda não sabem tratar do feminismo interseccional. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/10/16/Mulheres-brancas-ainda-n%C3%A3o-sabem-tratar-do-feminismo-interseccional>>. Acesso em 22 dez. 2017.]

Submetido em: 21/08/2018

Aceito em: 09/04/2019